

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

o exemplo concreto do que estavam a discutir num fórum em Madrid sobre aquilo que deve ser a estratégia a implementar na União Europeia neste domínio. Nós avançámos, não apenas na formação por formar, mas também no objectivo da certificação; implementámos o balcão único municipal, iniciámos um conjunto de investimentos e acabámos outros!!!...”

Foi deliberado, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor e quatro (4) abstenções, da Bancada do PSD, aprovar os documentos de Prestação de Contas/2006. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o 1.º Secretário da Mesa leu em voz alta a minuta da acta tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as deliberações hoje tomadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos às 16,00 horas.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel de Sousa Domingues, Dr.

O 1º SECRETÁRIO

João de Sousa Cruz, Dr.

A 2ª SECRETÁRIA

Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

perigosamente das receitas correntes e por outro lado, a nível da execução orçamental se a expressão global do Orçamento é politicamente modesto, depende do ponto de vista, 72,8%, se separarmos a execução orçamental das despesas correntes, essa sim aproxima-se dos 100% e aí penso que não havia grande volta a dar; a nível de execução já é preocupante, do meu ponto de vista, e se assim não for vossa excelência dará a explicação técnica que me faça mudar de opinião; já me parece preocupante que a nível da execução das despesas de capital ela tenha ficado apenas por 56%. Esta é a preocupação que deixo registada, preocupa-me sobretudo que o Município esgote, que o Município gaste dinheiro com despesas correntes embora eu sabia que não é possível funcionar sem elas. Estou convencido que deveríamos pensar numa tentativa de poupar para podermos investir, isso claramente implica a diminuição das despesas correntes e o aumento das despesas de capital.

Na minha bancada, sei que há pessoas que vão votar diferente de mim, pessoalmente, vou-me abster.”

Usou da palavra o Senhor Presidente: “num ano, para alguns, de paragem para reflexão, nós temos cerca de 5 milhões de euros de despesas de capital, sendo que nos sete milhões e quase trezentos mil de despesas correntes, há uma parcela afecta a investimentos que foram realizados por administração directa... temos dúvidas, sem prejuízo de contabilisticamente ter havido mais despesas correntes que de capital, se, de facto, não tivémos mais despesa de investimento do que de funcionamento...”

O Senhor Deputado Dr. Rui Cunha referiu que a margem entre receita corrente e despesa corrente, se reduziu “perigosamente”... bom, se os 250.000,00 euros das eólicas que entraram num ano, em 2005, tivessem sido afectos aos 23 meses a que dizem respeito, o ano de 2005 teria tido menos 125.000,00 euros de receita corrente e o ano de 2006 mais 125.000,00 euros de receita corrente... Se a compensação de SISA de 200.000,00 euros, que foi uma compensação relativa a dois anos, que aliás, não nos compensou do prejuízo que tivémos, tivesse entrado em dois anos...

Por outro lado, nas despesas correntes, recuperar 100.000,00 euros de uma dívida, 200.000,00 euros de outra, é bom, mas recuperada a dívida esses custos desaparecem... Como é óbvio, naquilo que é o cruzamento da receita corrente ordinária com a despesa corrente ordinária, mantemos a folga e, nesse sentido, não é possível fazermos, nem faz sentido, a leitura do Senhor Deputado.

Nós tivemos um 2006 de insistência e de continuação naquilo que são áreas de investimento público municipal onde nós achamos e o eleitorado tem achado que são coisas a continuar a fazer, mas, também já démos passos claros no começo, na busca de soluções para outros desafios. Importa verificar que não nos limitámos a ir acabando, nós fizémos também um cruzamento de políticas sociais com urbanas... não por acaso, veio aqui um Secretário de Estado que independentemente de o ser, é Professor Doutor na área, que disse que a nossa política municipal tinha visão, estratégia e acção... ele veio ver

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

venda de terrenos mas também a construção civil que é, de alguma forma, o motor de desenvolvimento de qualquer sociedade.

Congratulo-me com o desempenho da gestão deste ano de 2006 e espero, e acredito, que 2007 irá dentro dos mesmos valores.”

Usou da palavra o Senhor Presidente: “não podia estar mais de acordo com algumas coisas que disse, mas permita-me dizer que o IMT - Imposto Municipal sobre Transacções, em 2005, foi de 266.000,00 euros e em 2006 - 244.000,00 euros; houve uma ligeira variação, em queda, que também poderá ter tido a ver com a temporalidade das transferências... é um desvio pouco relevante, porque a SISA de 2005 está em impostos abolidos e tem, não apenas o pagamento, mas a indemnização atribuída, ainda que por defeito, por transferência do Orçamento Geral do Estado. Nos outros, apesar de ser a média aritmética, quer o IMI, mesmo com a redução de taxas, quer o Imposto sobre Veículos, tiveram valores superiores ao previsto e foi essa explicação que dei.

Quanto à questão das Despesas com o Pessoal, percebo aquilo que foi dito, mas é preciso entendermos que há um conjunto de respostas que foram dadas no passado recente com utilização, em muitos casos eu diria “excessiva”, daquilo que eram as nossas possibilidades... não é por acaso que, podendo ter em despesas com o pessoal 60% das receitas correntes do ano anterior, andávamos nos 35/36%.

Em 2005 foram pagos \approx 275.000,00 euros de trabalho extraordinário, sendo que o sector da Câmara, Assembleia e da Acção Social, no seu conjunto “valeram” 9,26%... em 2006 foram pagos 231.000,00 euros, baixámos 16,45%, tendo o sector Câmara, Assembleia e Acção Social baixado de 9,22% para 8,4%... aliás, é a própria lei que diz que todos os sectores devem evitar ultrapassar em tempo extraordinário 25% do normal, excepto os Serviços de Apoio à Presidência que podem ir aos 65%... Também vos quero dizer que em 2006 não despedimos ninguém, como não despedimos em 2005, ao contrário de outros que estão a despedir gente... com uma gestão porventura mais eficiente e menos larga em termos de colaboração aos fins de semana e com os limites que eu determinei, a verdade é que em 2005 foram \approx 23.000,00 euros/mês/média de trabalho extraordinário; em 2006 \approx 19.000,00 euros e em 2007 apontamos para \approx 12.000,00 euros... A possibilidade que temos em áreas que precisam de novas respostas às novas competências está aliás a ser assegurada à custa da diminuição do trabalho extraordinário.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha: “esta é a execução do Orçamento que vossa excelência fez aprovar nesta Assembleia Municipal. Da nossa parte, particularmente da minha parte, nunca tive a menor dúvida sobre a capacidade de execução de vossa excelência, como Presidente de Câmara; onde discordo, muitas vezes, é nas opções políticas e não na execução.

Preocupo-me fundamentalmente que a tendência, que aliás o Senhor Presidente da Câmara começou por sublinhar, de que as despesas correntes estão-se à aproximar

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

uma redução de 10%, conseguimos um resultado de 16% de redução. Congratulo-me que haja uma redução e isso indica-nos que, de facto, com uma diminuição de pessoal e com uma redução de horas extras, quer claramente dizer que os serviços foram mais eficientes e que não foi necessário recorrer às mesmas. Ainda estamos dentro de um nível elevado de horas extras para aquilo que é desejável numa Câmara Municipal como esta e acho que deveremos olhar para elas, porque é que estão a ser feitas. Pelo apanhado que tinha e pela informação que tenho, os sectores que mais economizaram em horas extras foram os Sectores das Obras Públicas e da DAF, restam-nos dois sectores que claramente excederam aquilo que tinham orçamentado, que foi um sector que é da responsabilidade do Senhor Presidente, que é toda a área administrativa, aí penso que ultrapassaram aquilo que tinham orçamentado, e a Acção Social. De qualquer das formas são valores que têm pouco significado no volume total das horas. Agora, era importante olhar para essa necessidade de horas extras porque se há necessidade de as fazer, claramente temos que as identificar, se alguns dos sectores poderão estar carentes em termos de funcionários, há que haver uma redistribuição do Organigrama da Câmara de forma a que não haja necessidade de alguns funcionários recorrerem a essas horas extras. Alguns sectores, e estou-me a lembrar de alguns como a Fiscalização, carecem de pessoal e penso que deverá haver um reforço nessas áreas. No caso da Presidência, e não é uma crítica ao Senhor Presidente, acho que devemos reformular horários de funcionamento de forma a que as pessoas não tenham necessidade de recorrer às horas extras, para acompanhar todo o expediente que é necessário, isto é uma crítica construtiva.

Congratulamo-nos com a política que sugerimos relativamente às taxas do IMI, que não sendo o único Município que recorreu a uma bonificação das taxas máximas, em parte sugerida pela nossa Bancada, revelou-se que, de facto, aquilo que tínhamos dito no início, que não iríamos diminuir as receitas da Câmara via imposto e que, de facto, íamos dar um sinal positivo aos munícipes, iríamos promover o desenvolvimento e fixação de população. Voltámos a manter essas taxas em 2007 e acreditamos que continuaremos a ter boas receitas ou pelo menos não diminuiremos as receitas do Município, que são também importantes.

Há um valor, em termos de impostos, que vi diminuído, de facto, o Senhor Presidente diz que nos impostos abolidos uma parte foi a compensação do Estado. A análise que eu faço, é que nesses impostos abolidos está a antiga SISA, que se transformou em IMT, e que, de alguma forma, não justifica a compensação mas dá-me a sensação que é uma diminuição da SISA. Havendo diminuição da SISA isso poderá ser um indício que estamos a fazer menos transacções dentro do Concelho, o que nos poderia levar a pensar que existiria um menor desenvolvimento e um menor poder de compra no Concelho, é um indicador que nós devemos seguir, no futuro, com alguma atenção para verificarmos essa tendência, se não teremos que agir no sentido de tentar vermos o que é que podemos fazer, dar alguns benefícios de forma a que haja maior investimento, maior desenvolvimento económico. Quando estamos a falar de transições não é só a compra e

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Finalmente, quero congratular-me com o facto das Despesas com o Pessoal em 2006 terem sido inferiores às de 2005 com os aumentos justificados de 2006, como manifesta o inquérito às despesas com o pessoal controlado trimestralmente pela Direcção Geral das Autarquias Locais.

Neste sentido, naturalmente, que a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício Económico de 2006.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “ao ouvir o Senhor Presidente da Câmara ocorreu-me uma dúvida. Na altura, quando fui Deputado noutros Mandatos, se a memória não me traiçoa-a, tínhamos cerca de 75% de execução do Plano e hoje estamos com 98%, o que é que mudou aqui? Gostava de perceber o que é que aconteceu para que isto acontecesse.”

Usou da palavra o Senhor Presidente: “saudar a intervenção técnica da Senhora Deputada Dra. Nádía Gouveia, ainda bem que fez essa avaliação por razões acrescidas, pois percebe-se que sabe do que está a falar... ”

O Senhor Deputado Dr. José Malhão colocou uma pergunta pertinente, mas queria dizer-lhe que o Grau de Execução do Plano de Actividades em 2002 foi 80,1%; 2003 - 90,3%; 2004 - 96,5%; 2005 - 95,9% e em 2006 - 98,3%. O Grau de Execução do Orçamento em 2002 foi de 85%, 2003 - 74,4%; 2004 - 79,5%; 2005 - 75,4% e agora 72,85%.

Observe-se que as Dívidas a Credores que Não a Banca não podem ter, em sede de Orçamento, uma receita prevista... quando fazemos o Orçamento praticamente trata-se de uma primeira Conta de Gerência, porque só podemos fazer estimativas de acordo com regras condicionadoras, quer para as despesas, quer fundamentalmente para as receitas... nós não podemos pôr lá o que queremos ou o que nos “dá jeito”... é a média aritmética dos últimos dois anos para os impostos; não podemos lá por o empréstimo, sem estar aprovado e visado; nós não podemos por lá isto ou aquilo daquela candidatura, sem estar homologada pelo Senhor Secretário de Estado... o que nos obriga a quê?... A receita que pode ser sobreavaliada é a da Venda de Bens de Investimento, e, normalmente, ela é sobreavaliada por um valor sensivelmente próximo daquilo que é a Dívida a Credores que Não a Banca... quanto mais estes valores corresponderem, mais a execução do Plano se aproxima dos 100%.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º José Lopes: “depois de todas estas explicações pouco resta a acrescentar, de todas as formas, acompanhámos este ano de 2006 e nada nos espanta que tenhamos chegado a um Relatório de Gestão que tudo indica que cumprimos aquilo que nos propusemos fazer, e isso é que é importante.

Queria só salientar alguns pontos que eu acho que são importantes. Temos um objectivo de redução de horas extras que tínhamos proposto no Orçamento do ano de 2006, de

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

O Quadro Resumo de Execução do Plano mostra que o Grau de Execução foi de 98,25% e, mesmo não entrando em linha de conta com as alterações aprovadas, mostra-nos: Educação - 6,27%/6,27%; Cultura - 4,26%/3,61%; Desporto e Tempos Livres - 6,87%/7,05%; Acção Social - 2,42%/1,72%... isto é, é uma evidência que o peso percentual do investimento feito no final do ano em cada área é sensivelmente igual ao peso percentual previsto no Plano que aprovámos; assim, temos boas razões para poder dizer que fizemos um excelente exercício de previsão e que tivemos um bom resultado!!!... É evidente que isto só é possível porque se formos ao Quadro de Execução do Orçamento e se fizermos o quociente entre a despesa realizada e a despesa prevista, temos 72,85%... se nos lembrarmos que, em bom rigor, não são 72,85% em 100%... - há uma receita que é a da Venda de Bens de Investimento, e nós não vendemos nada, que vale 20% -, são 72,80% em 80%, isto significa que o nosso Grau de Execução real, em termos orçamentais, foi de 90%!!!...

Dirão, são números... pois são, mas são verdadeiros e espelham a realidade, não são mentirosos e revelam aquilo que é uma situação de dificuldade mas com controle rigoroso e equilibrado.

Dentro duma ambiência macro-económica difícil, de falta de recursos, tratou-se de um excelente desempenho, mas, eu sou suspeito porque estou a falar do trabalho de uma equipa que lidero.”

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Nádía Gouveia: “relativamente à Prestação de Contas do Exercício Económico de 2006 importa salientar que o Balanço volta a evidenciar uma Situação Líquida Activa, isto é, a diferença entre o Activo e o Passivo evoluiu em 2006 para aproximadamente 28.050.000,00 euros, valor este, como já foi referido anteriormente e bem, ainda assim inferior ao real já que o Activo se encontra sub-avaliado pelo facto do imobilizado ainda não estar todo inventariado.

A Demonstração de Resultados apresenta novamente um Resultado Líquido do Exercício positivo, concretamente 1.380.095,71 euros, sinal de uma gestão bastante saudável.

Relativamente ao Quadro Resumo da Execução Orçamental, as Receitas Correntes voltam a superar as Despesas Correntes permitindo, naturalmente, uma auto-sustentação orçamental. Constata-se ainda um bom resultado em termos de Execução Orçamental de aproximadamente 72,82%.

Já no que respeita ao Quadro de Resumo de Execução das Grandes Opções do Plano não posso deixar de me congratular com o excelente Grau de Execução obtido, aproximadamente 98,25%, resultado revelador de um grande rigor técnico em termos de previsão/execução nas diversas áreas de intervenção.

Relativamente à capacidade de endividamento líquido utilizada quero referir o facto de em 2006 esta se ter situado abaixo do limite máximo estabelecido pela Direcção Geral do Orçamento, quadro enviado trimestralmente, feito pela DOMUS, à Direcção Geral do Orçamento.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Por outro lado, se olharem para o Relatório de Gestão, em termos de Abastecimento Público de Água, Saneamento, Rede Viária, constatarão um conjunto alargadíssimo de intervenções realizadas por administração directa; quer dizer que quem fez foram os funcionários da Câmara, mas se tivéssemos adjudicado essas obras, o seu custo era uma despesa de capital, como foram os funcionários da Câmara é uma despesa corrente!!!... Portanto, mesmo assim, com despesas de investimento contabilizadas como correntes, com despesas correntes de natureza extraordinária, com despesas correntes justificadas, porque decorrem da orientação ou da imposição da nova legislação aplicável, e com receitas correntes sem qualquer aumento de taxas, mesmo assim continuamos com auto-sustentação orçamental!!!... Esta é, do nosso ponto de vista, uma auto-sustentação orçamental mais meritória, do que outras em ambiências macro-económicas mais favoráveis...

Despesas de Capital - é evidente que estamos num período de transição de um Quadro para outro, mas a verdade é esta: não parámos de pagar, nem parámos de fazer investimento e, portanto, do nosso ponto de vista, 2006 não foi um ano de paragem, foi um ano de “tudo a andar”, mas com a necessária e adequada contenção para reflexão...

Como sabem, em 2005 aprovámos alterações aos planos financeiros dos empréstimos, o que nos permitiu que em 2006, mantendo sensivelmente a mesma despesa em termos de juros, tivéssemos praticamente pago 50.000,00 de euros de amortizações e o que faz com que, se estivessem em vigor os limites legais ao endividamento anteriores, estaríamos agora a 18% e não a 54%. Nós nunca, no Município de Soure, quisemos utilizar a figura do período de carência dos empréstimos em que só pagávamos juros para artificialmente dizer que tínhamos a capacidade de endividamento pouco utilizada, amortizámos sempre bastante, a ritmo superior.

De qualquer forma, se forem aos quadros finais, há um para pessoal e há outro para endividamento, tudo é claro e elucidativo... a actual lei como é que controla a capacidade de endividamento? Trimestralmente a Câmara Municipal tem que preencher e enviar um quadro que evidencia qual foi a utilização da capacidade de endividamento líquido, que, de acordo com a lei, tem um limite máximo... limite máximo de 12.753.984,74, capacidade de endividamento utilizada 12.571.319,64, são os números que tecnicamente mostram a nossa realidade!!!...

Depois, fizemos uma descrição de tudo aquilo que foram as actividades desenvolvidas ao longo do ano; 45 páginas com alguns comentários não subjectivos, apenas constatações de facto. Não tenho por hábito abordar todo o investimento desenvolvido, na Educação, Cultura, Desporto, Acção Social, Urbanização e Urbanismo, Saneamento, Abastecimento Público de Água, Actividade Económica, Meio Ambiente, Serviços Municipais... sempre defendi que o desenvolvimento não resulta deste ou daquele investimento, por maior que seja a sua expressão económica, mas do conjunto integrado de investimentos com os quais pretendemos que o Concelho seja cada vez menos assimétrico, mais homogéneo e mais atractivo.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

verifica-se que a receita de 2006, a chamada Receita Ordinária, foi superior à Receita Ordinária de 2005.

Despesa Corrente... Despesas com Pessoal... estas despesas tinham uma forma muito clara de controlar os seus limites legais: as Despesas com Pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das Receitas Correntes do ano anterior e as Despesas com Pessoal em Outra Situação não poderiam ultrapassar 25% desses 60%. Os números não mentem e evidenciam-nos que, por essa lógica, o Pessoal do Quadro tinha passado a significar 34,5% e não 36% e o Pessoal noutra Situação 10,33% e não 11,74%.

O Pessoal do Quadro, de 2005 para 2006, aumentou de 2.667.000,00 euros para 2.779.000,00 euros; o Pessoal Contratado a Termo Certo diminuiu de 519.000,00 euros para 497.000,00 euros. O que isto quer dizer é que o Pessoal do Quadro aumentou 112.863,00 euros, 4,2%, e o Pessoal com Contrato a Termo diminuiu 21.799,00 euros, 4%, isto é, entre o aumento de uns e a diminuição dos outros, constata-se um aumento real de 91.064,56 euros. Observe-se que em 2006 entraram, no Quadro de Pessoal da Câmara, 8 pessoas, 2 novas e 6 que passaram de um quadro precário para um quadro estável; em contrapartida, saíram 14 pessoas, os 6 que passaram para o Quadro, 6 que se aposentaram e 2 que rescindiriam. Como os 6 que estavam a Termo Certo passaram para o Quadro, só mudaram a natureza do vínculo, esses anulam-se e o que se verifica é que em 2006 saíram 8 pessoas, 6 aposentadas e 2 por rescisão e foram admitidas 2!!!... a orientação nacional “diz” que por cada entrada deve haver duas saídas, aqui houve uma entrada por cada quatro saídas.

Os chamados aumentos justificados assentaram: no crescimento salarial de 1,5% de cerca de 61.000,00 euros; no aumento dos encargos patronais de 11% para 13%. \approx 30.000,00 euros... se somarmos os dois, o aumento de encargos com o aumento salarial, temos 90.000,00 euros, que é a diferença entre o aumento da despesa com o pessoal do quadro, e a diminuição da despesa de pessoal contratado; nos encargos com a ADSE recuperamos \approx 100.000,00 euros.

Nas indemnizações que ocorrem no ano seguinte ao final de Mandato, houve subsídios de reintegração pagos nos termos da lei, com parecer jurídico da CCDRC, no valor de \approx 90.000,00 euros... ou seja, nós em termos de limites máximos tivemos um aumento justificado que é superior ao aumento verificado... nós não aumentamos as despesas com o pessoal, nós diminuimos as despesas com o pessoal. Esta é a realidade indiscutível...

Poderão ainda observar que há algumas avenças que cresceram... Pois há, as do Ensino de Inglês, Educação Física e Música, mas essas são avenças que pagamos por um lado, mas recebemos do Ministério da Educação por outro... correspondem aos aumentos resultantes da delegação de competências, 24.000,00 euros.

Nas Despesas Correntes importará ainda ter em linha de conta as recuperações em curso com a EDP e a ADSE, cujo significado não pode ser qualquer hipoteca de futuro, bem pelo contrário...

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Temos vindo a optar pelo entendimento de que o Relatório de Gestão deve integrar uma descrição exaustiva das acções desenvolvidas no Município, no ano em curso, acompanhada do Quadro Resumo da Execução do Plano que permita comparar tudo aquilo que havíamos aprovado em Plano com tudo aquilo que foi efectivamente feito. Devemos ainda procurar avaliar, em concreto, a evolução das duas despesas públicas, sobre as quais sempre vigorou legislação condicionadora em termos de limites legais: Despesas com Pessoal e utilização da Capacidade de Endividamento.

Por fim, temos a Proposta de Aplicação de Resultados e algumas Considerações Finais. Gostaria de dar nota do seguinte: Balanço - é a fotografia daquilo que é o património da Câmara, com a limitação de que nem todo o Activo está relevado, em 31 de Dezembro... percebeu-se, claramente, quais são os elementos do Activo, qual é o Passivo sendo que pela diferença entre o Activo e o Passivo se pode concluir que continuamos a ter um valor do Património claramente em crescendo, não obstante as tais condicionantes. Se repararmos, o valor do Património em final de 2006 era de 28.048.762,70 euros e em final de 2005 era de 26.834.005,91 euros, portanto importa referir que houve uma evolução positiva do valor do Património.

Demonstração de Resultados - não sendo isso que mais nos preocupa em termos de gestão autárquica, constata-se um resultado positivo de 1.380.095,71 euros... ainda assim só não foi maior porque, embora o Activo não esteja todo inventariado, continuamos a fazer amortizações, e, por outro lado, continuamos a fazer Transferências de Capital, a transferir, quer para as Juntas de Freguesia, quer para as Instituições Culturais, Desportivas, de Solidariedade Social, de Protecção Civil, qualquer coisa como 965.000,00 euros, 20% das Despesas de Capital realizadas durante o ano, sendo que essa marca descentralizadora, essa aposta indiscutível no investimento público indirecto que mobiliza vontades e multiplica recursos, em termos contabilísticos é tratada como um Custo Extraordinário de Exercício.

Mapa de Execução Orçamental... Receitas Correntes, Despesas Correntes, Receitas de Capital e Despesas de Capital... Sobre isto importa que percebamos alguns aspectos essenciais: primeiro, que se mantém a auto-sustentação orçamental, isto é, as Receitas Correntes continuam superiores, a sustentar as Despesas Correntes; alguns poderão observar que as Receitas Correntes estão a diminuir e as Despesas Correntes estão a aumentar e que a margem de auto-sustentação estará a diminuir... sobre isto gostaria de chamar a atenção que as Receitas Correntes Ordinárias aumentaram, comparativamente com as de 2005; a diminuição verificada entre o total cobrado em 2005 e o de 2006 tem apenas a ver com um ou outro caso isolado; por exemplo na rubrica de Outras Receitas Correntes, um vez que em 2005 levámos directamente às receitas do exercício, uma entrada de 250.000,00 euros relativa à comissão legalmente prevista para a actividade das eólicas, correspondente a 23 meses - em 2005 entraram esses 250.000,00 euros e em 2006 não entrou nada -... concretizando, se expurgarmos um ou outro caso excepcional

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

SICOGEST - Promoção e Desenvolvimento do Sicó, Lda. -----

Os trabalhos foram interrompidos, para almoço, às 13,00 horas.

Os trabalhos foram retomados às 14,50 horas, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Dr. Vítor José Pereira Neves Morais Trindade, Eng.º Carlos Alberto Rodrigues Góis, Dr. Manuel Augusto Serralha Duarte, Prof. Adelino Gomes Henriques e Dr. Carlos Miguel Simões Pimenta

PONTO 3. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS / 2006

Usou da palavra o Senhor Presidente: “o Inventário, é a descrição dos Bens, Direitos e Obrigações de uma qualquer Instituição.

Sobre os documentos em apreciação, quero lembrar que a parte das Obrigações não consta dessa proposta de Inventário porque, como sabem, o Passivo está integralmente reflectido no Balanço que consta dos Documentos de Prestação de Contas, bem como as listagens de suporte, quer para Credores que não a Banca, quer em termos bancários, com o correspondente mapa de empréstimos.

Importa referir dois tipos de Activo: o Activo desde 1 de Janeiro de 2002, momento em que entrou em vigor o actual Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL -, que integra também a relevação patrimonial e, por outro lado, o Activo anterior a 31.12.2001, cujo processo de regularização está longe de estar terminado.”

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais/2006. -----

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2006

Usou da palavra o Senhor Presidente: “como sabem, quando falamos de Documentos de Prestação de Contas, estamos a falar do Balanço, da Demonstração de Resultados, do Quadro Resumo de Execução Orçamental e do Relatório de Gestão, sendo que a lei não diz claramente o que é ou o que deve ser o Relatório de Gestão.

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

haver outros estatutos ainda que não se partisse para uma outra solução. Se se mantiver a ideia de uma sociedade comercial, os estatutos careceriam de uma profunda alteração para que não espelhassem, porque isto são estatutos tipo de uma sociedade puramente comercial e continuo a manter a ideia de que há a problemática da ilegalidade, inclusivamente o aspecto da criação de uma sociedade com capitais públicos, municipais, quer através das Câmaras, quer através da Adsicó; penso que não dará uma imagem muito interessante para os nossos cidadãos.”

Usou da palavra o Senhor Presidente: “independentemente daquilo que nos está a separar neste debate, não posso deixar de ficar muito satisfeito por ver que os Senhores Deputados, Dr. Rui Cunha e Dr. Serralha Duarte, aderiram à justa preocupação de não integrarmos a lógica comercial na gestão pública; vejo com satisfação a vossa preocupação de que, numa sociedade em que intervenham a Câmara Municipal e a Associação de Municípios, não haja a possibilidade de haver objectivos de natureza comercial ou que possam pressupor o lucro. Ficamos muito satisfeitos, embora percebamos que noutros casos assim não revelaram pensar, isto é, não hesitam em defender uma coisa e o seu contrário... ao que parece, tudo depende do sentido de oportunidade ou da orientação adjacente... O que se pretende é assegurar eventuais formas possíveis de promover o apoio e garantir a promoção turística da marca Sicó.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng. João Ramos Pereira: “basicamente, a Bancada da CDU está de acordo com esta proposta.

É evidente que os Senhores Deputados da Bancada do PSD colocaram algumas questões e citaram, basicamente, o ponto 3, fizeram-no de uma forma veemente mas repetiram quase sempre uma pequena parte do articulado que aí está para tentar provar que esta Associação tem meramente uma função de comercialização.

Se tivéssemos tido o cuidado de ler isto do princípio até ao fim teríamos verificado que, no objecto da sociedade, há funções de promoção turística da marca Sicó, a compra e venda de exploração dos produtos endógenos Sicó, a exploração de lojas, e aqui estão as reservas que põem, mas também aparece consultadoria e acompanhamento de projectos técnicos e financeiros na área do desenvolvimento local e regional. Portanto, independentemente dos aspectos técnicos ou jurídicos que aqui possam existir, penso que a nossa decisão deve basear-se em pressupostos políticos e em termos políticos achamos que a participação nesta sociedade poderá ser importante.”

Foi deliberado, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dois (2) contra, da Bancada do PSD e cinco (5) abstenções, da Bancada do PSD, aprovar a Constituição e a Integração do Município de Soure na Sociedade Comercial

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Câmara não pretende substituir-se aos privados, tratando-se de participar numa sociedade por quotas com o objectivo claro de ajudar os promotores, em termos de marketing, se for caso disso, em termos de assessoria, auxiliar desta ou daquela forma que o evoluir dos tempos venha a determinar como sendo adequado.

O Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte diz que a lição tem que vir melhor estudada... Tenho que lhe dizer que nesta matéria não fiz, nem o estudo económico, nem o jurídico, não tenho é a menor dúvida política de que temos que estar neste processo, mesmo que amanhã nos digam que a metodologia mais adequada porventura não era esta; temos que “apanhar comboios” com cujos objectivos sociais e políticos estamos integralmente de acordo!!!... quando disse que isto lhe faz lembrar um pouco o momento da criação da Adsicó, que *a Adsicó fez coisas, mas deixou muitas mais por fazer*, que, a determinados níveis, houve muitas coisas que *deram rigorosamente em nada...* é a opinião do Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte sobre a actividade da Adsicó, cujas Contas de Gerência têm sido aprovadas por unanimidade, pelos representantes dos 6 Municípios, Autarcas de todos os partidos... resultados que foram muito para além do que foi directamente feito com as Candidaturas aprovadas no Programa LEADER, pois importará relembrar as estratégias supramunicipais adoptadas na resolução de problemas, que só foram possíveis com o entendimento entre Concelhos vizinhos no âmbito da ambiência da Adsicó... É uma posição estranhíssima, penso até que não terá acompanhado, por motivos de natureza profissional, aquilo que tem sido, apesar de tudo, a actividade visível e invisível da Adsicó ao longo de uma dezena de anos. Ao contrário da sua linha de raciocínio, a esperança com que então surgiu a Adsicó é a mesma esperança com que nos é proposto que aproveemos a participação do Município na SICOGEST.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte: “estamos a aprovar não só a empresa em si mas tudo o que lhe está adjacente em termos de Estatutos e o Senhor Presidente acaba de dizer que reconhece que no âmbito do seu objecto social, esta suposta empresa, deixa latitude em termos de objecto social, compra, venda e fabrico de produtos endógenos, exploração de lojas, consultadoria... efectivamente, está aqui uma área de grande abrangência mas estamos a aprovar também estatutos, não estamos só a aprovar o princípio porque o que vem aqui... nós estamos a aprovar também os estatutos e, em concreto neste ponto, que é o objecto social, ele vincula para todo o sempre, a menos que haja alterações em Assembleia Geral, o trabalho, o objecto da empresa. Isto não é assim, ter mais uma palavra, menos uma palavra, ter mais um termo, menos um termo, mais uma virgula, menos uma virgula, não é a mesma coisa no objecto social, de modo nenhum, é exactamente o que está aqui e basta isso para eu reforçar o meu voto contra.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha: “o que me preocupa nesta proposta não é a ideia, o que me preocupa são os Estatutos, o impacto social marcadamente comercial e é nessa perspectiva que eu penso que eles poderiam ser melhorados, poderiam

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

concessão e utilização de venda dos ditos produtos endógenos mas ninguém se interessou pelo aluguer, não funcionou. Portanto, esta iniciativa faz-me lembrar um bocado esse momento e essas preocupações autárquicas da altura e que deram rigorosamente em nada. O meu sentido de voto é exactamente votar contra e faço destas declarações, como é óbvio, declarações de voto sobre este assunto.”

Usou da palavra o Senhor Presidente: “a Câmara Municipal aprovou, com quatro votos a favor e três abstenções, esta proposta que nos foi enviada pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó e que tem a ver com a estratégia que, em termos nacionais, está a ser seguida pelas diferentes Associações de Desenvolvimento. Em todas as sub-regiões onde há uma Associação de Desenvolvimento de base municipal, supramunicipal ou intermunicipal, há uma questão que a todas está a preocupar, que é a do seu funcionamento no pós Fundos Comunitários... observe-se também que não se pretende criar mais emprego numa qualquer nova empresa, não se pretende criar mais uma estrutura para que a classe política tenha que fazer, pretende-se tão só aproveitar a estrutura existente de Terras de Sicó e começar a preparar, a médio prazo, o futuro no período para além dos Fundos Comunitários, antevendo que subsistam, nesta sub-região de Sicó, muitas limitações, muita falta de dinâmica mas alguma criatividade de pequenos investidores... como os Municípios têm como atribuição municipal, também a promoção do Desenvolvimento Económico e Apoio à Actividade Económica, parece-nos natural que se criem sinergias que acautelem a possibilidade de se continuar a estimular, a incentivar e a acarinhar. Com esta, como com qualquer outra estratégia, temos sempre algumas dúvidas, mas não temos a menor dúvida de que não tendo estratégia alternativa, este é o comboio a seguir e é o que está a ser seguido pelas diferentes Associações de Desenvolvimento de natureza sub-regional.

Depois, o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha, diz que é ilegal... tenho o maior respeito pela sua formação jurídica, lembro-lhe apenas que está aqui como Deputado Municipal, lembro-lhe que há trabalhos jurídicos feitos por colegas seus para as Associações cuja capacidade não avalio mas que, pelos vistos, consagram entendimentos diferentes... o que lhe posso dizer é que se porventura amanhã formos levados a concluir, os decisores políticos, que o trabalho jurídico foi mal feito e que configuraria uma ilegalidade, teríamos que arrepiar todos caminho... não temos a menor razão para duvidar da sua capacidade jurídica, como não temos a menor razão para duvidar da capacidade jurídica daqueles que prepararam juridicamente o aparecimento desta proposta nesta Associação de Desenvolvimento e de outras semelhantes noutras Associações de Desenvolvimento. O que estamos aqui a apresentar é uma proposta política e ou estamos com ela ou estamos contra ela!!!...

Depois diz que o objectivo é puramente comercial... não é verdade. O objectivo é promover a marca Sicó, é incentivar e acarinhar pequenos investidores que, esses sim, tendo objectivos comerciais, tenham criatividade e actividade ligadas a produtos da sub-região. A

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

PONTO 2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

. TERRAS DE SICÓ

. SICOGEST

- PARTICIPAÇÃO E ESTATUTOS

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Rui Cunha: “a minha intervenção é para justificar o voto que vou evidenciar, o qual será desfavorável por duas razões. Primeiro, diria que tenho muitas dúvidas, tenho a perfeita convicção de que a participação do Município de Soure nesta Sociedade é ilegal e porquê? Sabemos que a lei permite a participação municipal em sociedades de natureza comercial desde que as sociedades tenham objectivos dentro das atribuições do próprio Município. Ao ler os Estatutos que estão propostos para esta Sociedade parece-me que ela tem um cariz marcadamente comercial; é claro que a ideia de criar uma entidade que possa promover os produtos da Adsicó agrada-me, não creio é que esta forma de participação social numa sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o objectivo que se anuncia desta sociedade puramente comercial seja efectivamente a melhor forma de o fazer, não só porque acho que não é a melhor forma de o fazer como acho que é ilegal.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte: “subscrevo as palavras do meu colega de Bancada e acrescento que esta lição podia vir melhor estudada e mais esclarecida para nós porque o objecto social desta empresa, compra, venda e fabrico de produtos endógenos, exploração de lojas, não estou a ver esta empresa a comercializar o queijo, o chouriço, o mel, a fabricá-los muito menos; não estou a ver vocação, tão pouco, desta empresa para o sector produtivo directo embora na área do apoio técnico, consultadoria... aqui, sem dúvida que o espaço geográfico da sub-região carece muito desse tipo de apoio mas o que, efectivamente, temos que decidir é sobre a matéria que temos à frente e sobre aquilo que está escrito na proposta de Estatutos. O próprio nome da empresa, ninguém tem garantias de que é este, é o “carro à frente dos bois” mas também se compreende porquê, porque tem que haver aprovação, primeiro das Assembleias e só depois o registo.

Para terminar, dizer o seguinte: este momento, faz-me lembrar um outro aquando da criação da Adsicó, um momento que partilhei nesta sala, em que a Adsicó se propunha fazer um conjunto de coisas, que fez, houve muitas mais que não fez e entre as que fez, mandou fabricar e distribuiu, pelos 5 Municípios, um quiosque em madeira tratada, o do nosso Concelho encontra-se na Venda Nova, fechado; abriu-se concurso público para

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Nacional; quanto ao projecto ele deverá assentar num projecto-tipo do Instituto do Desporto, apenas havendo que desenvolver o projecto de implantação.

Questão do Saneamento Básico no Casal do Redinho... o projecto irá ser desenvolvido neste Mandato... como sabem, estamos a desenvolver os projectos para zonas da Freguesia de Soure e para outras zonas igualmente com densidade demográfica expressiva, mas onde não houve qualquer intervenção recente na Rede Viária.

Torneio Escolinhas do 25 de Abril... foi uma opção. Como sabem há um grupo de trabalho que elaborou e desenvolveu o programa... este ano não foi incluído.

Questão das “terras em movimento”... referiu-se a dois investimentos privados concretos: a nova superfície do Grupo Jerónimo Martins e na Zona Industrial, no espaço anteriormente ocupado pela SOUREARTE, uma moderna fábrica de equipamentos de campismo e caravanismo. Mais dois bons exemplos ilustrativos da criação de mais emprego no Concelho através da atracção de investimento privado.

Estrada de ligação Brunhós/Casal do Redinho... estão a ser desenvolvidos pelos serviços, o projecto com alguns alargamentos e o caderno de encargos.

Sugestões, muitas delas, extremamente positivas... recordo apenas que a questão da não inclusão da natação, em termos de Actividades Extracurriculares, teve apenas a ver com o facto de que este ano se centrou a atenção em actividades de Expressão Físico-Motora, no espaço das próprias escolas ou no de colectividades ao lado, sendo evidente que, se há coisa em que iremos mexer, será numa mais correcta utilização, em escala, de equipamentos desportivos que permitam essa prática.

Respondendo ao Senhor Deputado José António Mendes, sobre a Saúde... estamos convencidos que, à revelia das orientações estratégicas/políticas da Administração Regional de Saúde, terá havido uma inclusão da Extensão de Saúde da Freguesia da Gesteira na nova Unidade de Saúde Familiar. Evidentemente que, numa primeira fase, nem queríamos acreditar nessa possibilidade, pois não é possível os responsáveis dizerem uma coisa e a prática mostrar-nos outra... a verdade é que no dia 12 de Março tivémos uma reunião com os Responsáveis da ARS do Centro, da Direcção de Saúde de Soure e da Unidade de Saúde Familiar... dissémos tudo o que havia para dizer e, porventura, algumas coisas que não esperavam que tivessem sido ditas, tendo, em definitivo, a questão sido clarificada: ou a Unidade de Saúde Familiar faz marcha atrás e percebe que apenas veio para valorizar e que é bem vinda em tudo o que seja valorizar e não naquilo que signifique estragar... ou então, no limite, a Extensão de Saúde da Gesteira voltará a ser gerida pela Direcção de Saúde. Pensamos que se terá colocado, talvez, o ponto final na questão do propalado encerramento com que muitos se preocuparam...

Quanto à questão das lombas... a definição das localizações é feita pelos técnicos em articulação com os Autarcas locais... aliás, o Senhor Deputado também teve participação activa. Percebemos que tenha havido um “destapar de manta”... iremos ter que fazer aplicações de lombas, complementares.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

e considerando que o movimento associativo e concelhio é algo insípido, algumas colectividades pouco mais fazem do que abrir o bar ao fim de semana, sugiro que nos meses de Maio e Junho o Município de Soure crie competições entre colectividades/localidades, intitulado Colectividades em Movimento que, para além da vertente desportiva competitiva, seria um bom veículo de dinamização da solidariedade e do convívio fraterno. Estas provas teriam como exemplo, ping-pong, os jogos tradicionais, a chinquilha, a tracção da corda, as corridas de sacos, o Futebol 11 na vertente Veteranos, o atletismo, corta-mato, salto em comprimento, voleibol e basquetebol, natação, BTT... isto concretizado com acompanhamento médico, acredito que descobriríamos verdadeiros ídolos e campeões.”

Usou da palavra o Senhor Deputado José António Mendes: “congratular-me com a actividade municipal descrita na Informação Escrita.

Relativamente à Extensão de Saúde da Freguesia da Gesteira, onde se fala em deficiente e diminuto, dizer-vos que tanto a Câmara Municipal de Soure como a Junta de Freguesia da Gesteira têm vindo a acompanhar permanentemente a evolução da situação.

Em Março, tivemos uma reunião em Coimbra, a Junta de Freguesia acompanhada pela Câmara Municipal de Soure, com o Senhor Presidente da Direcção Regional de Saúde. Saí de lá muito satisfeito, a reunião teve um proveito, na minha óptica, enorme porque houve um compromisso da parte das pessoas envolvidas, nomeadamente do Senhor Professor Dr. Regateiro em, de uma vez por todas, clarificar e arrumar a questão da Extensão de Saúde da Gesteira.

Na quinta-feira, a informação que estava na Extensão de Saúde sobre a Unidade de Saúde Familiar foi toda retirada e colocada nova informação pelo Centro de Saúde, baseada no novo Horário de Atendimento.

Aos poucos, vamos retomar toda uma actividade que já há uns anos vínhamos a ter e quando assim é só tenho que agradecer todo o empenhamento posto por esta Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara porque, certamente se não fosse ele, a Extensão de Saúde da Gesteira estaria fechada.

Lombas... o que foi posto na Gesteira são lombas que reduzem, e bem, a velocidade mas tivemos um problema porque as pessoas desviaram o trânsito e começaram a passar por dentro da povoação. O que pedia era uma solução eficaz àquelas lombas e que eles não passassem por dentro da povoação.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo que servirá a zona de Alfarelos/Figueiró do Campo/Granja do Ulmeiro... dizer-lhe que a escolha da localização está feita, ainda que haja aspectos jurídicos com alguma dificuldade por resolver, e que quanto à questão do calendário da realização do investimento, ele está totalmente ligado ao do próximo Quadro de Referência de Estratégia

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

perspectivas de vida, diferentes entendimentos de modelo organizacional que se faz a Democracia; claramente o meu modelo de vida não é o seu, claramente as nossas divergências existirão sempre, claramente os cidadãos terão sempre a possibilidade de optar entre diferentes perspectivas...

Sobre a intervenção da Senhora Vereadora da CDU, ela referiu que esta é uma aposta que tem uma vertente dupla de formação/acção, o que significa que enquanto está a ser dada a formação teórica com ilustração prática, está a haver formação e ao mesmo tempo está a ser feito, não um diagnóstico de generalidades, mas um diagnóstico assente na realidade concreta existente, tendo em vista a melhoria da resposta.”

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos: “tenho a noção de que esta é uma matéria complexa; fizemos quatro meses de formação/acção; fizemos também, na parte final, um diagnóstico, que foi feito pelos formandos e pelos formadores. Agora cabe ao Executivo, juntamente com os formandos, analisar este diagnóstico e fazer opções políticas, dizer onde é que vamos fazer acções de melhoria, em que áreas e como é que vamos tentar racionalizar os meios que temos.

A partir de agora vamos implementar, e já estamos a fazê-lo, acções de melhoria nas diversas áreas e vamos continuar a ter formação e a melhorar o desempenho dos funcionários desta Autarquia com o objectivo de melhorar o nosso funcionamento interno e dar uma resposta cada vez melhor aos nossos Municípes.”

Usou da palavra o Senhor Deputado António Letra: “cinco questões: primeira, se já existe local para a Construção do Pavilhão Gimnodesportivo e para quando o começo das obras; segunda, para quando se prevê o Saneamento Básico no Casal do Redinho; terceira, era recorrente a Câmara Municipal organizar o Torneio de Futsal entre os miúdos do Ensino Básico no 25 de Abril, porque é que este ano não foi organizado; quarta, quem, como eu, não exerce a sua actividade profissional em Soure, quando cá vem e vê grandes movimentações de terras, presumo que sejam investimentos na criação de riqueza e emprego, por isso gostaria de ser elucidado acerca dos investimentos privados que já se iniciaram ou que estão para iniciar; quinta, é se já está calendarizada o início da construção da estrada Brunhós/Casal do Redinho.

Três sugestões: uma medida de grande alcance social e de apoio à família, era organizar as férias desportivas e culturais nos períodos das férias escolares do Natal e da Páscoa que englobaria, para além da actividade desportiva, visitas e passeios culturais, limpeza de imóveis e espaços públicos e até mini Assembleias Municipais feitas pelos jovens, onde cada um, representando a sua colectividade ou localidade, exporia os seus anseios, as frustrações e do que, eventualmente, deveria ter sido feito e que não se fez; segunda, com o prolongamento do horário escolar do Ensino Básico, criaram-se várias disciplinas e actividades extracurriculares com uma grave lacuna, na minha opinião, a não introdução da natação dentro dessas actividades; terceira, tomando como exemplo alguns Municípios

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

transportes escolares, é pouco relevante... Outra questão tem a ver com as ligações das zonas mais periféricas do Concelho à sede e, de facto, como sabem, as redes de transportes têm vindo a assentar numa estratégia cada vez mais economicista, sendo que esta é uma situação que, já de há alguns anos a esta parte, nos tem levado a reflectir muitas vezes na eventual necessidade de podermos passar de transportes escolares para transportes municipais.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota e o Senhor Chefe de Gabinete Américo Nogueira tomaram todas as notas que foram aqui dadas sobre sinalização...

Também foi tomada a devida nota sobre Saneamento Básico, para que o Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas lhe dê uma resposta rigorosa.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte, dizer-vos que tenho muita dificuldade, não consigo sequer imaginar a aflição dos credores que referiu... aliás, sempre que a Câmara abre qualquer concurso, seja para fornecimento, seja para o que for, nunca nenhum ficou vazio; por outro lado nunca tivémos, até ao momento, qualquer tipo de procedimentos arruaceiros a exigir o que quer que fosse, não temos integrado as listas vindas a público de maus pagadores... compreendo é a aflição de alguns que propagaram uma pseudo-ambiência de “lama”, de incumprimento, porque isso lhes interessava politicamente em determinado momento e que, cada vez mais, politicamente desorientados e incapazes de qualquer contributo, sentem uma aflição enorme... ao que parece esses já se auto-constituem provedores de causas cuja razão de ser nem sequer existe, é uma provedoria de pseudo causas, bacoca, e se já temos provedores que, com funções de natureza consultiva, ainda representam alguma coisa, pelos vistos passámos a ter provedores de nada!!!...

Questão da Habitação a Custos Controlados... não tenho a menor dúvida que o Senhor Deputado tem todas as dúvidas sobre esta operação, pois quem tem uma perspectiva de mercado em termos habitacionais, de comprar e vender com lucro, sentirá certamente muita dificuldade em entender que se afecte um terreno do domínio privado da administração a uma aposta urbana, mas com uma perspectiva social.

Quanto às questões que considerou merecedoras de maior atenção... só devemos comentar aquilo em que há objectivamente algo a acrescentar ao que já foi informado, não devemos “comentar” só por comentar... A Câmara não precisa, por outro lado, de se “apropriar” de investimentos privados, mas deve dar nota, na sua informação sobre a actividade, daquilo que são investimentos privados, ou maioritariamente privados, mas desenvolvidos de forma articulada, com parecer prévio da Câmara, porque se destinam a satisfazer necessidades colectivas... o gás natural, como a electricidade, são exemplos claros... também compreendo todas as dúvidas que tem sobre este tipo de entendimentos, compreendo e devo dizer que são dúvidas legítimas porque, quer queiramos, quer não, ainda que tenhamos todos legitimidade para representar o interesse colectivo, nunca conseguimos completamente dissociar-nos daquilo que é a nossa perspectiva de como deve ser a vida... aliás, é neste desencontro de diferentes

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte: “a questão da Dívida a Outros Credores é sempre uma dívida enorme, imagino as aflições de muitos deles. Há aqui um deferimento no tempo, em cada Assembleia Municipal temos uma Dívida a Outros Credores enorme, das mesmas dívidas e de outras, mas o que é certo é que temos sempre e constantemente um valor alto.

Na Educação, acho muito bem a sensibilização para as questões ambientais e para outras que foram aqui abordadas. Relativamente aos assaltos nas Escolas Primárias, acho que, numa primeira fase, não há necessidade de se pensar em vídeovigilância mas sim num alarme ligado através de linha telefónica, portanto, a eficácia deste tipo de dispositivo é muito grande, logo há uma relação de custo/benefício muito forte e que deve ser implementada com a maior urgência possível.

Na Acção Social, a questão da Habitação a Custos Controlados... pessoalmente tenho muitas dúvidas nesta opção de gestão, nada tem a ver com a viabilidade económica do projecto ou o lucro dele.

Na questão da Protecção Civil, está mais uma vez a Educação envolvida e acho bem. Nas outras Sessões tenho vindo a realçar a questão das bocas de incêndio, volto a falar nela as vezes que forem necessárias. Tenho reparado em algumas dessas bocas de incêndio que estão, neste momento, desprovidas, para além de estarem calcinadas, de um marco de betão armado que as deve proteger e algumas só têm o tubo de 90 milímetros, sem protecção.

No Desenvolvimento Económico há uma questão que não entendo, como é que o Senhor Presidente, nesta rubrica, não dá o ponto da situação da Zona Industrial da Venda Nova; uma Zona Industrial que tem um Plano de Pormenor aprovado na Comissão de Coordenação da Região Centro, quer dizer, não é relevante de tal maneira que nunca aparece, nunca a vi aparecer nesta rubrica como informação dada, no entanto aparece uma informação “muito curiosa”, a questão da LusitâniaGás. O alargamento da rede de gás natural é uma obra de um promotor privado, não sei se todas as obras privadas terão que vir aqui, tem a sua relevância mas é uma relevância muito relativa.

Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos sobre a formação, parece-me, pela explicação que deu, que o diagnóstico demora mesmo muito tempo a fazer nesta Câmara, quer dizer, o diagnóstico está a ser feito mas vai demorar algum tempo, vai ficar menos tempo para a formação porque depois de feito o diagnóstico vamos ter a discussão do mesmo, vamos ter a reflexão e só depois é que há a formação... parece-me que é aquilo que resulta da análise cuidada das suas palavras.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “quanto à intervenção do Senhor Deputado Dr. José Malhão e relativamente à questão dos transportes, importa separar dois aspectos... Uma coisa são os transportes escolares e nós, de facto, temos uma densa rede de transportes escolares, com humanismo, consciência social, suportada em grande parte pelo Orçamento Municipal, porque a transferência da Administração Central, para

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

serviços aos nossos munícipes. Temos um total de 23 trabalhadores; a formação iniciou-se a 15 de Dezembro do ano passado e vai terminar a 15 de Dezembro deste ano; as matérias são tratadas em comum; tivemos 4 semanas de formação em sala e passámos a uma fase de diagnóstico, com o objectivo de dar formação, conhecimento e preparar os nossos trabalhadores para melhorarem o seu desempenho. É um documento muito importante, acima de tudo, porque nos faz reflectir; este diagnóstico interno vai ter que ser discutido com os formandos e com o Executivo, com os Directores de Departamento e vamos ter que decidir quais são as áreas prioritárias em que vamos incidir as acções de formação.

Iniciou-se no dia 19 e, neste momento, decorre uma acção para todos os trabalhadores da Câmara, e grupos de 30 trabalhadores, com a duração de duas horas, para sensibilizar e dizer o que está a ser feito.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “transportes no Concelho de Soure... como sabem, em Figueiró do Campo não temos transportes, nem nenhuma carreira que faça, directamente, esse percurso. Entretanto, tivemos conhecimento que existe uma carrinha que vai de Soure a Figueiró do Campo levando 6 alunos da Ribeira da Mata e que regressa vazia a Soure, não sei se é possível articular este transporte com o transporte de munícipes à sede do Concelho. Rentabilizava os meios e prestava mais um serviço à população daquela Freguesia.

Trânsito e estacionamento... um pouco por todo o Concelho há necessidade de prestar alguns melhoramentos na sinalização e nas áreas de regulamentação de trânsito e eu chamava a atenção para três, nomeadamente em Figueiró do Campo: na Quinta do Paço onde há uma passagem estreita; no Casal Cimeiro, junto à Capela, também uma passagem estreita com uma lomba; na Ribeira da Mata, no entroncamento que vira para o Casal Cimeiro, geralmente os condutores abusam e em vez de entrarem pela direita entram pela esquerda...

Estacionamento... quando fizemos uma visita à Freguesia da Granja do Ulmeiro, levantámos várias questões: uma era na Rua da Painça de Cima, que tinha um problema de fuga de água e que provocava aluimento de terras; a outra tem a ver com o estacionamento na zona adjacente ao antigo Dormitório da CP. Gostaria de saber se, neste momento, há alguma evolução positiva no sentido de resolver estes problemas.

Os Munícipes do Casal do Cimeiro alertaram-me que, em Julho do ano passado, terá sido adjudicada a Ligação da Rede de Esgotos do Casal do Cimeiro ao Emissor que vai para a Etar de Figueiró do Campo; essa ligação não foi efectuada mas os Munícipes utilizam o saneamento e o que acontece é que em duas das caixas, quando enchem, vem tudo ao de cima provocando infiltrações e acidentes rodoviários. Gostaria de saber qual é o ponto da situação pois é junto à Escola, para além de ser um problema de higiene pública.”

***Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no
Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de
2007***

NUT III... estamos a tentar que nesse plano estratégico para este espaço homogéneo, apareçam claramente aquilo que são as nossas apostas de investimento público que, aliás, já constam na sua maioria, no Plano Plurianual de Investimentos. Por outro lado, estamos a acompanhar, com muito cuidado, todo o trabalho jurídico que tem vindo a ser desenvolvido, de apoio a deliberações de um conjunto de Municípios que têm recorrido a parcerias público/privadas, para poderem encontrar uma solução legal, no que toca aos limites legais de endividamento, no sentido de se adequar a duração dos capitais envolvidos à duração dos investimentos a realizar, como forma de antecipar soluções.

Questão do Protocolo com a Empresa Águas do Mondego... isso foi aprovado mas ainda não está implementado; há questões de pormenor que têm vindo a ser discutidas entre os técnicos da Câmara Municipal e os de Águas do Mondego... ainda não teve nenhuma consequência prática.”

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno: “relativamente às comemorações do 25 de Abril, partilho os cumprimentos e os comentários sobre as mesmas, de uma forma muito especial, com as Escolas do Concelho. Penso que, no Município de Soure, estamos no bom caminho.

Considero, como todos os que aqui estão, que é precioso viver num País onde existe liberdade de acção, de pensamento, de expressão e temos que transmitir aos nossos jovens que é preciso saber viver e usar essa liberdade que está instituída na nossa Constituição.

A acção “A Floresta... Descobrir para Proteger!” é uma acção de formação dinamizada pelo Gabinete Técnico Florestal cujas técnicas estão a trabalhar de forma muito criativa e envolvente com os mais pequenos, sensibilizando-os para a preservação e valorização da Floresta, fomentando também a formação cívica.

Relativamente à nossa Adesão ao Programa Ler + e ao Protocolo subscrito com a Comissão Nacional de Leitura, trata-se de reforçar o Programa Integrado de Promoção da Leitura que temos vindo a implementar ao longo dos últimos anos.

Os nossos serviços técnicos estão já a preparar uma proposta, que seja o mais adequada possível para a aquisição de alarmes para as Escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância.”

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos: “sobre a formação do DIQUAL, para a certificação dos serviços camarários, a candidatura que a Câmara fez, visa, neste momento, dar formação/acção em três áreas: Ambiente, Qualidade, Segurança e Higiene no Trabalho. Nós somos a primeira Autarquia a apresentar candidatura às três áreas; isto implicou que a Associação Industrial Portuguesa e a INOVA, que são as empresas que estão a dar formação, tivessem que realizar programas novos. Entendemos que havia poupança e queríamos saber o estado em que estávamos e melhorar todas as áreas, não só o desempenho interno mas, acima de tudo, a melhoria na prestação de

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Municípios que tiverem concluído os projectos com candidaturas aprovadas têm a possibilidade, de natureza excepcional, de aproveitar a ineficiência dos outros, apresentando outras candidaturas... assim, nós apresentámos mais três candidaturas no domínio do Saneamento Básico, duas para investimentos em curso na Freguesia de Soure, o Alargamento da Rede no Sobral e Lugares Limítrofes, o Alargamento da Rede a Pouca Pena e Casal da Charneca, e outra na Freguesia da Vinha da Rainha, o Alargamento da Rede aos Lugares de Casal dos Bacelos/Porto Godinho. Duas destas candidaturas já foram aprovadas em unidade de gestão, com uma percentagem de co-financiamento de 65% e a outra deverá ser apreciada na próxima reunião da mesma.

Mercados e Feiras, peças de fixação... nós temos um Mercado de Bens Não Alimentares que tem estado a funcionar no espaço dos Bacelos entre os Rios Anços e Arunca; este espaço já integralmente adquirido pelo Município, irá ser objecto de intervenção no âmbito da 3.^a Fase da Concepção/Execução do Plano de Pormenor dos Bacelos. Neste espaço tem decorrido o Mercado Semanal de Bens Não Alimentares, à Segunda-feira, em condições “desagradáveis”, sendo que, reconhecendo-o, não temos “mexido” no Regime de Tarifas e Taxas aplicáveis em vigor, com valores muito simbólicos. Com o investimento feito no Espaço entre o Castelo e o Rio Anços e com as possibilidades múltiplas e diversificadas de utilização, daí decorrentes, entendeu-se fazer um pequeno investimento complementar em peças de fixação que permitirão que o Mercado de Bens Não Alimentares passe a ser mais uma entre múltiplas utilizações desse espaço, aliás conforme o previsto aquando da aprovação do projecto... assim, ir-se-á modificar qualitativamente para melhor o funcionamento deste Mercado, sendo que, com tranquilidade de consciência, procederemos depois à correspondente revisão de taxas.

O Senhor Deputado Eng. José Lopes congratulou-se com o controle da dívida ainda que tenha observado que a redução da Dívida à Banca pudesse ter sido mais utilizada para diminuição da dívida a fornecedores... não estou completamente de acordo com o comentário: primeiro, porque os dois empréstimos contraídos, foram-no especificamente para um conjunto concreto de investimentos que constavam das propostas aprovadas... segundo, porque um deles ainda nem sequer foi utilizado na íntegra e terceiro, porque se olharmos àquilo que era a dívida a credores no início de 2006 e à evolução que ela tem tido, verifica-se que houve um controle evidente da mesma.

Quadro de Referência Estratégica Nacional, o que é que o Município está ou não a fazer para preparar o seu aproveitamento... continuamos a aguardar uma completa definição das regras de elegibilidade da despesa... mas, o Município está a preparar-se. Por um lado, estamos envolvidos num Plano Estratégico para os 10 Municípios do Baixo Mondego; qualquer candidatura, de um qualquer Município, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio não poderá ser uma candidatura avulsa, terá que estar como que validada a sua utilidade num espaço sub-regional, no espaço de uma

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Neste momento estamos a entrar no Quadro Comunitário, está atrasado, mas gostaríamos de saber o que é que o Município está a preparar em termos de projectos, em termos de organização, tanto a nível regional como a nível municipal e o que é que está previsto, em termos da informação que chega ao nível das Freguesias, relativamente a esse novo Quadro Comunitário.

Na Assembleia Municipal anterior aprovámos um contrato relativamente à exploração da Etar de Figueiró do Campo, gostaria de saber a evolução do mesmo.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “relativamente à intervenção do Senhor Deputado Eng. João Ramos Pereira, no que diz respeito às Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril e à questão do Gabinete Técnico Florestal, observe-se que subscrevo na íntegra as opiniões adiantadas.

Tomámos a devida nota sobre a sugestão de uma maior celeridade na implementação de sistemas de protecção, em termos de instrumentos dissuasores, a propósito de alguns roubos ocorridos em Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância.

A Senhora Deputada Dra. Isabel Verão fez um conjunto de comentários com que nos congratulamos e colocou algumas questões. Perguntou-nos qual é o ponto de situação em termos da Candidatura ao PROHABITA. Como sabem, a Candidatura já foi aprovada e ocorreu a subscrição pública do correspondente Acordo de Colaboração; há um prazo que parecendo largo - 2007/2011 -, é porém relativamente curto para aquilo que se pretende... Na última reunião de Câmara, aprovámos o recurso à figura da Consulta Pública para, através do arrendamento, procurarmos encontrar solução para 11 dos 25 casos, com a elasticidade prevista no próprio Acordo.

Alienação de uma parcela de terreno para Habitação a Custos Controlados... aquando da subscrição pública desse Protocolo relativa à aprovação da Candidatura ao PROHABITA - Programa de Financiamento de Acesso à Habitação, anunciámos que, cumulativamente com essa aposta, iríamos procurar alienar uma parcela de terreno, concretamente uma área com cerca de 12.000 m² da antiga Escola Secundária. Assumimos que essa área, património municipal, depois de feita a sustentação jurídica da titularidade desse património, em vez de entrar no mercado imobiliário, iria ser afectada à implementação de uma solução para que famílias jovens e menos jovens, com recursos e menores recursos, porventura, possam realizar o sonho de terem casa própria, a preços inferiores aos do mercado. Ao abrimos concurso para alienação dessa parcela, estamos a deixar a “porta aberta” a que empresas que estão familiarizadas com este tipo de aquisição e construção com qualidade possam apresentar candidaturas e celebrar, com o Instituto Nacional de Habitação, um contrato de desenvolvimento habitacional que leve ao aparecimento de 25/30 vivendas, com as características legalmente previstas.

Saneamento e Salubridade... apresentámos um conjunto de candidaturas ao III QCA, mas apresentámos ainda mais três candidaturas nos chamados “mercados públicos”. Quando termina um Quadro Comunitário de Apoio há avaliações de eficiência e os

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Isabel Verão: “congratular-me com a evolução da situação financeira porque, de facto, verificamos que há uma ligeira redução de dívida, o que é constatável pela análise que nos é apresentada.

Relativamente à Educação, congratular-me com a continuidade das boas práticas seguidas no Concelho de Soure.

Quanto à Cultura, gostava de saudar o Município pelo facto de ter subscrito o Protocolo do Plano Nacional de Leitura – Ler +, integrado no Programa de Promoção da Leitura.

A iniciativa da Biblioteca ir às Escolas é muito importante porque é uma forma de tentar minimizar e sensibilizar os alunos à leitura.

Relativamente às Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril, gostava de dar os parabéns, na pessoa da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, que conduziu todo o processo de programação e gostava de salientar o seguinte: o Senhor Presidente da República diz que há necessidade de inovar as Comemorações do 25 de Abril para que haja um maior envolvimento dos jovens e para que os mais novos percebam o que foi o 25 de Abril; era bom que ele conhecesse a prática seguida no Município de Soure.

Acção Social, congratular-me com o trabalho feito pelo Gabinete na sua globalidade. Relativamente ao Programa PROHABITA, qual é o ponto da situação? Na Habitação a Custos Controlados, há aqui a alienação de uma parcela de terreno, gostaria que fosse explicado este processo.

Não sei se houve candidatura relativamente ao processo de Saneamento e Salubridade no âmbito de encerramento do III QCA e se há resultados da apreciação de candidaturas apresentadas.

Saudar algumas actividades que estão definidas nesta Informação Escrita e que são feitas por Administração Directa.

No Desenvolvimento Económico, Mercados e Feiras, está aquisição e aplicação de peças de fixação, um concurso limitado, gostaríamos que nos explicasse a que é que se refere.

Congratularmo-nos com a aposta que os Serviços Municipais estão a realizar no âmbito da formação dos Recursos Humanos, Programa Foral, e saber qual é o ponto da situação.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng. José Lopes: “congratular-me pelo facto de estarmos a controlar a dívida se bem que esperaria que houvesse alguma diminuição da Dívida a Fornecedores visto que no ano passado aprovámos um milhão de euros da transferência da Dívida à Banca que poderia, de alguma forma, ter sido utilizada para redução desta dívida.

Gostaria que nos desse mais informações relativamente ao Sistema de Certificação de Qualidade dos Serviços.

Quanto à Candidatura SIG, gostaríamos de saber qual é o andamento da mesma e quais são os benefícios, ou seja, o que é que os Municípios vão usufruir dessa formação, quais são os serviços que estão disponíveis à implementação deste serviço.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- Curso de Instalação e Operacionalização de Sistemas Informáticos

* Queima das Fitas // 2007

. Proposta de Apoio a Estudantes Oriundos do Concelho

- Aprovação

O Presidente da Câmara,
(João Gouveia, Dr.)
2007/04/25

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira: “tive a oportunidade de dizer na Sessão Solene das Comemorações do 33.º Aniversário do 25 de Abril que é preciso não esquecer que há mais de 3.000.000 de portugueses que já nasceram depois do 25 de Abril e, portanto, não viveram no tempo da Ditadura. Este trabalho tem vindo a transmitir a nossa perspectiva do 25 de Abril às gerações futuras e é algo que não deve ser perdido, deve prosseguir.

Neste relevo que faço às Comemorações do 25 de Abril não posso ignorar a situação da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno que, de facto, conduz a que estas comemorações sejam muito participadas pelas Escolas, pelas crianças e pelos jovens deste Concelho.

Por outro lado, há sempre uma preocupação de caldear as partes mais oficiais e mais formais com um tipo de comemoração menos formal, o que me parece que também é uma particularidade que deve ser relevada.

Gostaria de referir uma iniciativa que o Gabinete Técnico Florestal da Câmara tem vindo a desenvolver, que é o Programa de Protecção da Floresta a que chamou “A Floresta, Descobrir para Proteger”; para além de um conjunto de acções junto das Escolas do 1.º Ciclo. Tive a oportunidade de assistir a uma destas acções que se dirigia às crianças, foi uma iniciativa muito interessante, deve ser valorizada e, acima de tudo, deve prosseguir e aprofundar outros níveis etários da população escolar.

Na última Assembleia Municipal levantei a questão da protecção às Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância. A partir do momento em que as Escolas do 1.º Ciclo e os Jardins de Infância começaram a ser equipadas com sistemas informáticos, tornaram-se muito “apetitosas” para os amigos do alheio e têm sido, com alguma frequência, assaltadas, espoliadas destes equipamentos que tão importantes são para a educação das crianças no âmbito das novas tecnologias. Na altura sugeri que se pudessem colocar alarmes que funcionassem como dissuasores dos roubos; tenho ideia que não se optou ainda por nada e era importante que se optasse por um sistema qualquer de protecção.”

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- Intervenções Diversas

* Poda de Árvores no Concelho, por Administração Directa

. Intervenções Concluídas

* AÇUDES E REPRESAS

. Intervenções Diversas

* Limpeza de Ramos e Árvores Secas no Choupal, Pedrógão do Pranto – Freguesia da Vinha da Rainha , por Administração Directa

. Obra Iniciada e Concluída

* Plantação de Árvores nos Bacelos, junto às Margens dos Rios Anços e Arunca

* Outras Acções

. Limpeza, Regularização e Protecção de Taludes de Vala, junto à Estrada da Granja do Ulmeiro, por Administração Directa

- Obra Iniciada e Concluída

OUTROS

* Cedência dos Autocarros Municipais em Iniciativas Diversas, designadamente nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Acção Social

* GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2007

. Aprovação de Propostas de Alteração - 1.ª/1.ª - e - 2.ª/2.ª –

* SERVIÇOS MUNICIPAIS

. FORAL - RECURSOS HUMANOS – FORMAÇÃO

Programa SIG - Implementação do Sistema de Informação Geográfica

- Acção em Curso

Programa DIQUAL QASST

Implementação dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente E Saúde e Segurança no Trabalho

- Acção em Curso

* RECURSOS HUMANOS - ESTÁGIOS

. Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- Participação e Estatutos

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

* CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS

. Alargamento e Correção do Traçado do CM 1119, Sobral/Bonitos

- Obra em Curso

. Correção da Plataforma da Estrada de Ligação de Porto Godinho a Queitide, Freguesia de Vinha da Rainha

- Obra Concluída, por Administração Directa

. Limpeza e Regularização de Pavimentos com Tout-Venant, por Administração Directa

- Obras Iniciadas e Concluídas

Acesso à Estação de Belares - Freg. de Samuel

Estrada da Quinta de Santa Cruz/Carrascal - Freg.s de Samuel e de Vinha da Rainha

“ de N.ª Sr.ª dos Remédios - Freg. de Vila Nova de Anços

“ da Cardeira - Freg. de Vinha da Rainha

* Tapagem de Buracos e Reparações Diversas

* Corte de Silvas em Diversos Locais

* Limpeza e Execução de Valetas

* Limpeza e Execução de Bermas

* Execução de Aquedutos Diversos

* Reparação de Protecções Laterais nos Pontões da Estrada, Vila Nova de Anços/Cercal, por Administração Directa

. Obra em Curso

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

* JARDINS E PARQUES

. Conservação/Reparação de Equipamentos

- Intervenções Diversas

. Manutenção de Parques Infantis

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- * Delimitação dos Perímetros de Protecção de Captações de Águas Subterrâneas
 - . Adjudicação
- * Reparação/Impermeabilização de Reservatórios
 - Camarinheiras – Freg. de Samuel, por Administração Directa
 - . Obra em Curso
- * Substituição da Bomba Submersível do Furo da Várzea, no Formigal – Freguesia de Vinha da Rainha, por Administração Directa
 - . Intervenção Iniciada e Concluída
- * Substituição de Contadores de Água
- * Manutenção e Limpeza de Reservatórios
- * Prolongamento de Conduitas em Diversos Lugares do Concelho
- * Execução de Ramais Domiciliários

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- * LUSITANIAGÁS
 - . Alargamentos da Rede de Gás Natural
 - Obra em Curso
- * TURISMO
 - . Protocolo
 - Região de Turismo do Centro
- * MERCADOS E FEIRAS
 - . Aquisição de Equipamento
 - . Aquisição e Aplicação de Peças de Fixação
 - Concurso Limitado
- * APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
 - . TERRAS DE SICÓ
 - . SICOGEST

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

. Obra em Curso

* **PROLONGAMENTO DE COLECTORES**

. Diversos, por Administração Directa

* Execução de Sarjetas junto aos Passeios na Estrada EN 347, na Painça, por Administração Directa

. Obra Iniciada e Concluída

* Manutenção e Conservação das Redes Existentes

* Manutenção e Conservação das ETAR's Existentes

* Limpeza e Manutenção do Espaço Envolvertes às Etar's

* Limpeza de Fossas

* Recolha Sistemática e Regular do Lixo em todo o Concelho

* Lavagem Periódica e Manutenção Regular de Contentores

* **CEMITÉRIOS**

. Construção/Reabilitação – Das Freguesias

. Cemitério da Ribeira da Mata

- Construção de Rampa de Acesso, por Administração Directa

Obra Iniciada e Concluída

PROTECÇÃO CIVIL

* **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE**

. Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

. Transferências de Capital

* **PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - PMDFCI**

. DGRF - Direcção Geral dos Recursos Florestais

- Aprovação

. Sensibilização da População

- Acção: *A Floresta...Descobrir Para Proteger!*

Dinamização do Gabinete Técnico Florestal

Participação das Escolas do 1.º CEB

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

* ECO-SAÚDE

. Transporte de Utentes das Freguesias de Brunhós, Degracias, Pombalinho e Tapeus

* Reunião com a Administração Regional de Saúde do Centro

. Extensão de Saúde da Gesteira

- Deficiente e Diminuto Funcionamento

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO

* PLANEAMENTO URBANÍSTICO E REVISÃO DO PDM

. Levantamentos Aerofotogramétricos

- Aquisição de Ortofotocartografia e Cartografia Numérica à Escala 1: 10000 e 1: 2000

Concurso Público

* ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. Prolongamentos e Requalificações da Rede

- Diversos

. Aquisição de Candeeiros e Luminárias

* CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

. Edifício da Cadeia/Recuperação

- Obra em Curso, por Administração Directa

* CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

. Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo - Troço da EN 347

- Obra quase Concluída

* Aplicação de Abrigos

* OFICINAS E ARMAZÉNS

. Ampliação/Recuperação das Garagens

- Obra em Curso, por Administração Directa

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

* REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO SOBRAL E LUGARES LIMÍTROFES

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- . Acompanhamento sócio-económico dos habitantes do Bairro situado à entrada da Vila de Soure/Encaminhamento para novas soluções habitacionais
- APOIO À FAMÍLIA
 - . 295 (duzentos e noventa e cinco) situações sinalizadas de crianças/jovens, oriundas das 12 (doze) Freguesias do Concelho
 - 13 - nos Jardins de Infância
 - 124 - em Escolas do 1.º CEB
 - 85 - no 2.º e 3.º CEB
 - 73 - nas próprias Famílias
 - . 209 (duzentas e nove) crianças/jovens já foram alvo de atendimento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no Gabinete de Apoio à Família
 - . Articulação Escola/Família
 - . Articulação com o Agrupamento de Escolas de Soure
 - . Acompanhamento de 6 (seis) situações sinalizadas na CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens)
 - . Acompanhamento regular dos casos seguidos pelo PIIP (Projecto Integrado de Intervenção Precoce/Crianças dos 0 aos 3 anos) - Núcleo de Soure
- PEDAGÓGICO
 - . Apoio directo aos Alunos numa Escola do 1.º CEB - Gesteira
 - . Apoio individualizado a 7 (sete) casos concretos no Gabinete de Acção Social
- * Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)
 - . Participação nas Reuniões - Comissão Restrita
 - . Acção de Formação promovida pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
- * NLI/RSI - Rendimento Social de Inserção
 - . Participação nas Reuniões
- * Habitação Social - Programa PROHABITA
 - . Candidatura
 - Subscrição do Acordo de Colaboração com o Instituto Nacional de Habitação
- * Habitação de Custos Controlados
 - . Alienação de uma Parcela de Terreno

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- Arte no Feminino da Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

* APOIOS AO INVESTIMENTO

- . Subscrição de Protocolos
- . Transferências de Capital

* APOIO AO FOLCLORE

- . Grupo Etnográfico de Samuel
- Deslocação a França

* APOIO AO FOLCLORE, MÚSICA E TEATRO

- . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

* Montagem e Desmontagem de Palcos e Pavilhões em Iniciativas Diversas no Concelho

* Presença e Colaboração Efectiva nas Diversas Iniciativas Concelhias

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

* APOIO AO INVESTIMENTO

- . Aprovação // 2007 (1)
- . Subscrição de Protocolos
- . Transferências de Capital

* APOIO AO DESPORTO

- . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento

* EVENTOS / PROVAS DESPORTIVAS

- . Apoio - 12.º Saurium TT
- Clube de Tracção Total Aventuras de Soure

ACÇÃO SOCIAL

* GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL

- Funcionamento // Balanço Maio 2004 /Março 2007 // Três Níveis de Intervenção

- SOCIAL

- . Acompanhamento da Rede Social
- . Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social, Juntas de Freguesia e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições sócio-económicas desfavorecidas

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

- . Aquisição de Equipamento Diverso
 - Actividade Física e Desportiva
 - Adjudicação
 - . Entrega do Equipamento
 - Música
 - Adjudicação
 - . Entrega do Equipamento
 - Ajuste Directo e Adjudicação
 - . Funcionamento Regular deste Programa em todas as Escolas
 - * Exposição de Educação Ambiental
 - . Participação dos Alunos do Pré-Escolar, 1.º e 2.º CEB
 - * Distribuição de Lenha
 - * Verificação/Manutenção do Sistema de Aquecimento nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB
 - * Distribuição de Leite Escolar
- CULTURA**
- * BIBLIOTECA MUNICIPAL
 - . Aquisição de Fundos Bibliográficos
 - . Programa Integrado de Promoção da Leitura
 - Plano Nacional de Leitura - Ler +
 - . Subscrição de Protocolo
 - Hora do Conto/Acção Diária na Biblioteca Municipal - *As ignuarias do Senhor Comilão*
 - . Participação das Crianças dos Jardins de Infância, IPSS's e Alunos do 1.º CEB
 - A Biblioteca vai às Escolas
 - . Deslocação das Educadoras de Infância colocadas na Biblioteca Municipal a todos os Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB
 - * 25 DE ABRIL DE 1974
 - . Programa de Comemorações do XXXIII Aniversário
 - Aprovação
 - * EXPOSIÇÕES
 - . Exposição no Museu Municipal de Soure

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

TOTAL

12.720.545,21 EUROS

ANEXO 2

EDUCAÇÃO

- * CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE TAPEUS
 - . Transferências de Capital
 - Reforço Final
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE JARDINS DE INFÂNCIA
 - . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS DO 1.º CEB
 - . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
 - . Acordos de Cooperação
 - Transferência de Verbas
 - . Funcionamento Regular nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB
- * Auxílios Económicos
 - . 2006/2007 – Pagamento
- * BIBLIOTECAS ESCOLARES
 - . Articulação de Actividades com o Agrupamento de Escolas de Soure
- * PROJECTOS ESCOLARES - Outros Apoios
 - . Deslocação aos Açores
 - . Visita de Estudo a França
 - Agrupamento de Escolas de Soure
- * Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

ENTRE 27 DE FEVEREIRO E

24 DE ABRIL DE 2007

1. Situação financeira da Autarquia em 24 de Abril de 2007 - Ver anexo 1 -
2. Descrição, sucinta, das principais Acções desenvolvidas ao longo do período em epígrafe - Ver anexo 2 -

ANEXO 1

SITUAÇÃO FINANCEIRA

DÍVIDA EM 24.04.07

BANCA	8.812.947,95 EUROS
A OUTROS CREDORES	3.907.597,26 EUROS

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

trabalho. Estas comemorações são manifestações de luta do povo português, para alcançar melhores condições de vida, melhores salários, igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, no sentido de um trabalho para todos, garantindo a estabilidade e os direitos adquiridos.

***Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Moção “1.º de Maio”, apresentada pela Bancada do PS. -----
-----***

Período da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A

ACTIVIDADE MUNICIPAL

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PERÍODO COMPREENDIDO

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

PONTO 2. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES

Pela **Bancada da CDU**, foi presente a seguinte **Moção**:

MOÇÃO

“1.º DE MAIO”

A Assembleia Municipal de Soure reunida no dia 27 de Abril de 2007, saúda todos os trabalhadores pela passagem de mais um 1.º de Maio, marco histórico do seu combate contra a exploração. Solidariza-se com a sua luta por melhores salários, contra a precariedade do emprego, contra a flexibilização e desregulamentação da legislação laboral, contra a redução de direitos sociais, pela valorização e dignificação do trabalho.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Moção “1.º de Maio”, apresentada pela Bancada da CDU. -----

Pela **Bancada do PS**, foi presente a seguinte **Moção**:

MOÇÃO

“1.º DE MAIO”

A Bancada do Partido Socialista de Soure, reunida no dia 27 de Abril de 2007, saúda todos os trabalhadores pela passagem de mais um aniversário do 1.º de Maio, data histórica pela luta do direito ao

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Apresentou justificação:

- João Carlos Baranda Moreira da Silva Ribeiro, Dr;

Da LISTA INDEPENDENTE “SEMPRE POR SAMUEL” verificou-se a presença do Senhor Deputado:

- José Ribeiro Catarino;

Da BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA verificou-se a presença dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Manuel José de Almeida Lopes, Eng.º;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º;

Estiveram presentes nesta Sessão trinta membros, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Ordem de Trabalhos. ---

Período de Antes da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACTA DE 29.09.2006 E 30.12.2006

ACTA DE 29.09.2006

Foi deliberado, por unanimidade, retirar a presente proposta de acta da Ordem de Trabalhos. -----

ACTA DE 30.12.2006

Foi deliberado, por unanimidade, retirar a presente proposta de acta da Ordem de Trabalhos. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

Período de Intervenção do Público

Foi distribuída a folha de presenças que circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado a **presença e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel de Sousa Domingues, Dr.;
- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Vítor José Pereira das Neves Morais Trindade, Dr.;
- João de Sousa Cruz, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Nádia Filipa Antunes Madeira Gouveia, Dra.;
- António da Silva Letra;
- José Rodrigues Nunes;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Fernando Cordeiro Contente Ferraz, Dr.;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- Carlos Alberto Rodrigues Góis, Eng.º;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- António Abreu Gaspar;
- António Nunes Costa;

Apresentou justificação:

- Carlos Jorge Matos dos Santos;

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Adelino Gomes Henriques, Prof.;
- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- Olga Maria de Sá Pimenta Fernandes;
- António Campos Ramos
- Maria Lucília Almeida Galvão;
- Ramiro Lucas Valente;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;
- José Rosário Martins.

Não apresentou justificação:

- Virgílio Santos Silva;

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 27 de Abril de 2007

ACTA N.º 3/2007

No dia vinte e sete de Abril do ano dois mil e sete, pelas 10,30 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais para a sua **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação das Propostas de Acta de 29.09.2006 e 30.12.2006

Ponto 2. Leitura de Expediente/Informações

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. Desenvolvimento Económico – Apoio à Actividade Económica

. Terras de Sicó

. Sicogest

- Participação e Estatutos

Ponto 3. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais / 2006

Ponto 4. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas / 2006

Ponto 5. *Outros assuntos a incluir, se for o caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro*